

6 — São causas de exclusão do concurso:

- a) Não satisfação das condições previstas no n.º 2;
- b) Não apresentação de todos os documentos previstos nos n.ºs 4.1 e 4.2 dentro dos prazos fixados;
- c) Não se apresentem pontualmente no local da realização das provas;
- d) Não satisfação dos pré-requisitos de selecção;
- e) Não obtenção de uma classificação mínima de 100 pontos na prova de ingresso;
- f) Não obtenção de uma classificação mínima de 100 pontos na nota final de candidatura;
- g) Tenham sido punidos em qualquer processo penal ou disciplinar contraditório, por factos a que, nos termos do Regulamento Disciplinar da PSP, corresponda a pena de aposentação compulsiva ou de demissão ou tenham sido alistados, por motivos penais, na reserva territorial, nos termos da Lei do Serviço Militar;
- h) Sejam objectores de consciência.

7 — Constituição do Júri do Concurso:

Presidente — Intendente Paulo Jorge Valente Gomes.

- 1.º Vogal — Intendente Helder Valente Dias;
- 2.º Vogal — Subintendente; Sérgio Ricardo Costa Chagas Felgueiras;
- 3.º Vogal — Comissário Pedro Miguel Marques Valente Pinho;
- 4.º Vogal — Comissário Hugo João da Silva Cruz.

8 — Legislação aplicável ao presente concurso:

Decreto-Lei n.º 296-A/98, de 25 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/99, de 30 de Março, Decreto-Lei n.º 26/2003, de 7 de Fevereiro, Decreto-Lei n.º 76/2004, de 27 de Março, Decreto-Lei n.º 158/2004, de 30 de Junho, e Portaria n.º 101/95, de 2 de Fevereiro”.

8 de Abril de 2009. — O Director, *Paulo Jorge Valente Gomes*.
201669332

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Despacho n.º 10979/2009

Lista n.º 40/09

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 06 de Abril de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15 da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Keila Regina Silva do Amaral	14-8-70
Osvaldina da Silva Gama	13-5-77
Mauro Henrique da Silva Xavier Rodrigues	9-9-86
Aeroclides da Silva Gama	11-8-78
Joseph Marcio Alexander de Souza	8-11-70
Elisana Roman da Luz	27-11-78
Matilde Nunes Machado	14-3-61
Allan dos Santos	24-2-80
Cleber Nunes Medeiros	29-4-84
Núbia Almeida Gomes Ramos	28-3-88
Sergio Antonio Ferreira Fonseca	20-7-72
Markely Afonso Freire da Silva	26-8-80
Wanderson Oliveira da Silva	12-11-71
Mara Nubia Coelho de Freitas	17-5-79
Ernandes do Carmo Bastos	11-1-72
Gustavo Campos Maluche	15-9-78

23 de Abril de 2009. — Pelo Director Nacional, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201717446

Despacho n.º 10980/2009

Lista n.º 16/09

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 03 de Abril de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade

de Direitos e Deveres e de Direitos Políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugados com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Sandro Pereira de Jesus	27-1-72
Edivaldo Alves da Silva	5-11-66
Hana Barbara de Oliveira Pontes	19-12-84
Marcio dos Reis	10-6-77
Ana Cristina de Almeida	2-10-74
Claudemyr Santos Costa	22-3-61

24 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201719569

Despacho n.º 10981/2009

Lista n.º 34/09

Por despacho do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 20 de Março de 2009, foi concedido o Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres e de Direitos Políticos previsto no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, e nos termos do artigo 15.º e 17.º da Resolução da Assembleia da República n.º 83/2000 de 14 de Dezembro, conjugados com os artigos 2.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 154/2003, de 15 de Julho, aos cidadãos brasileiros:

	Data de nascimento
Rosana Rosado de Sousa	06-03-79
Aysu Araujo Martins	13-03-90
Lucilene França Silva	18-09-70
Alvaro Daniel Mendes	04-11-73
Rosa Karina Alves da Silva Santos	14-07-79

24 de Abril de 2009. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

201721771

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 10982/2009

Alda Maria de Oliveira Martins, juíza de direito do Tribunal de Trabalho de Sintra, vem expor e requerer, nos termos do disposto no Estatuto dos Magistrados Judiciais e legislação aplicável, a prorrogação do benefício do regime de equiparação a bolseiro, no período de 16 de Março a 3 de Abril de 2009.

Nos termos da deliberação da sessão plenária do Conselho Superior da Magistratura de 10 de Março de 2009, autorizo a prorrogação de equiparação a bolseiro pelo período requerido.

9 de Abril de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

201720248

Despacho n.º 10983/2009

Helena Maria de Carvalho Gomes de Melo, juíza de direito do círculo judicial da Amadora, vem expor e requerer, nos termos do disposto no Estatuto dos Magistrados Judiciais e legislação aplicável, a concessão do benefício do regime de equiparação a bolseiro, no período de 14 de Abril a 15 de Julho de 2009, com vista à realização da parte não lectiva no mestrado em Direito, que se encontra a frequentar.

Nos termos da deliberação da sessão plenária do Conselho Superior da Magistratura de 31 de Março de 2009, autorizo a equiparação a bolseiro pelo período requerido.

14 de Abril de 2009. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

201720086